



editorial

Há três séculos, em 1719, aparecia em Londres a narrativa das aventuras do marinheiro Robinson Crusóe. O autor, Daniel Defoe, era acima de tudo um profissional das letras, publicista diligente e profícuo redator de opúsculos políticos e morais, mas também um puritano escolado em negócios e espionagem, com passagens pelo cárcere por dívidas ou posições incômodas às autoridades da Igreja Anglicana. Com *Robinson Crusóe*, aventurava-se em nova empresa: investia num relato fictício de fôlego, ao qual atribuía autenticidade e que deveria servir, seguindo a norma clássica, tanto à instrução como à diversão. Os rumos da obra, porém, ele não poderia jamais prever, por imaginativo que fosse. Do imediato sucesso que incentivou edições piratas e resumidas, das continuações da história assinadas pelo próprio Daniel Defoe às versões e adaptações para outras culturas e línguas, *Robinson Crusóe* provavelmente excedeu quaisquer expectativas.

Do século XVIII ao XXI, *Robinson Crusóe* ganhou muitos significados. No largo processo de reconhecimento da literatura como um registro discursivo específico, o título foi associado às fundações do romance enquanto gênero. Entretanto, a fortuna de Robinson marcaria o imaginário político e social moderno. Ainda no século XVIII, em seu tratado sobre a educação natural, Rousseau afirmou que o primeiro livro de Emílio não seria Aristóteles, nem Plínio nem Buffon, mas *Robinson Crusóe*. No século seguinte, Marx recorreu à situação exemplar do naufrago, entregue aos recursos limitados da ilha, para conduzir, equacionando tempo e trabalho, a sua teoria do valor em *O capital*. São duas referências de peso, mas nem de longe as únicas que contribuíram para o entendimento da fábula de Robinson

como um paradigma da nossa era e uma inspiração fundamental. Em seu último trabalho, Ian Watt incluiu o protagonista de Daniel Defoe entre os mitos do individualismo moderno ao lado de Fausto, dom Quixote e dom Juan. Antes disso, na década de 1950, Carlos Drummond de Andrade, remontando a sua mais antiga emoção literária, citava o naufrago inglês entre as imagens que teriam feito dele, um dia, poeta.

Neste século XXI, no tricentenário da primeira edição do livro, são várias as questões que despontam e estimulam o exercício reflexivo e permitem reler e reinterpretar *Robinson Crusóe* como um episódio decisivo na encruzilhada dos tempos modernos. O romance não só articulava em seu lançamento ofertas de sentido que o manteriam vivo nas épocas seguintes, como também era parte integrante das transformações que se vinham operando na Europa desde o Renascimento. A emergência do *homo economicus*; a afirmação histórica da classe média e do burguês como tipo eficiente e próspero; a representação das múltiplas violências coloniais, mas também a explicitação de um frisson etnográfico no contato com os povos originários da América e da África são, entre outros, assuntos de interesse sempre renovado no texto de Defoe. *Robinson Crusóe* desdobrou ainda o par instrução-diversão em formas sempre multiplicáveis: basta dizer que esteve ligado, de um lado, aos inícios da literatura infantojuvenil em diferentes contextos, e que fez proliferar, de outro, um subgênero ficcional conhecido como “robinsonada”, tão aderente à fantasia realista como à científica e às misturas que nesse domínio se alastram da indústria do cinema aos quadrinhos. Nos melhores casos, os dois lados estiveram próximos, em aproveitamentos que redimensionam no plano estético a confluência possível entre conhecimento e passatempo. Surpreende afinal ainda hoje um fenômeno assim tão contraditório e influente, ao ponto de alimentar o universo do entretenimento, inclusive do *kitsch*, e o seu autor constar, por exemplo, do reduzido número de escritores admirados integralmente por alguém como James Joyce, o expoente máximo, talvez, da prosa artística do modernismo.

Neste número de *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, no dossiê intitulado *Robinson Crusóe: um percurso de três séculos*, organizado por André Cardoso (UFF), Daniel Bonomo (UFMG), Luciana Villas Bôas (UFRJ) e Thiago Rhys Bezerra Cass (UFRJ), apresentam-se contribuições relevantes para a renovação dos estudos sobre o romance de Defoe na atualidade e por diversos ângulos de abordagem, procurando

contemplar, no conjunto, as dimensões que enriquecem sua fortuna crítica. Para além de trabalhos voltados para aspectos ainda pouco discutidos da obra em si, os textos reunidos neste dossiê abordam diversas retomadas literárias de *Robinson Crusoe* desde a sua publicação original, traçando três séculos de apropriações e influências.

O ponto de partida para este longo périplo é a Baía de Todos-os-Santos, onde Crusoe aporta ao escapar do cativeiro berbere. Em “Robinson Crusoe in the South Atlantic”, Sandra Guardini Vasconcelos se detém no chamado episódio brasileiro do romance inaugural de Defoe. Frequentemente tratada como um breve interlúdio nos descaminhos de Crusoe rumo à sua ilha desabitada, a temporada no Brasil se constituiria, de acordo com Vasconcelos, como um momento de triangulação do enredo. Num nível, o canal de Crusoe é o solo em que se semeiam ou prenunciam alguns dos temas e questões que, posteriormente, saturarão a figuração da experiência na ilha à foz do Orenoco, como colonialismo, escravidão, mercantilismo e (in)tolerância religiosa. Noutro nível, o episódio brasileiro faria de *Robinson Crusoe* uma narrativa de vocação global, ao inscrever a trajetória do protagonista numa tortuosa via atlântica, que amarra Europa, África e Américas num sistema de trocas desiguais.

Que a História Atlântica possa emergir como um contexto capaz de iluminar a historicidade da narrativa de Crusoe demonstra que o romance continua a desempenhar papel decisivo na reconstrução do passado e, portanto, na reflexão sobre o presente. Neste sentido, a História Atlântica oferece uma nova perspectiva para se repensar a articulação literária de um novo espaço de experiência e problematizar as premissas de interpretações históricas consagradas. Com efeito, a própria literatura intervém continuamente na nossa compreensão do lugar da obra, como sugerem as contribuições de Luciana Villas Bôas e Daniel Lago Monteiro. Nelas, o romance se reafirma como um “clássico”, não tanto porque o seu sentido é de algum modo “preservado”, mas antes, pelo contrário, porque é submetido ao exame e à crítica no âmbito da ficção romanesca. Assim, J. M. Coetzee entende que a crítica mais severa, longe de ser uma ameaça, é o que permite a redefinição e a sobrevivência da obra “clássica”. Em “Uma questão de despertar vozes contrárias: Ficção, história e autoria em *Foe* de J.M. Coetzee”, Villas Bôas explora como o romance de Coetzee reside na ficção de um futuro do passado, anterior à publicação das obras de Daniel Defoe, *Robinson Crusoe* (1719) e

Roxana: The Fortunate Mistress (1724). Segundo a autora, é a ficção de um futuro do passado aberto, ainda indeterminado, que possibilita ao romance contrapor-se às narrativas fixadas posteriormente por Defoe. O experimento literário de Coetzee, além de evocar modelos e códigos da comunicação literária setecentista, conduz a uma reflexão sobre os limites da representação e a incomensurabilidade da história. Já em “Combinação possível de palavras: Linguagem e dominação em *Robinson Crusoé* e em *Foe*”, a atenção de Lago Monteiro desloca-se da fronteira entre representação e experiência para o questionamento do poder da linguagem como um instrumento de dominação do mundo físico e social. Os limites ou “fracassos” da linguagem encenados em *Foe*, seja a impossibilidade de a protagonista fazer valer a sua narrativa dos eventos, seja a sua incapacidade de ensinar o personagem Sexta-Feira a falar ou escrever a sua língua, implicam no estranhamento crítico do mito de *Crusoé*. Isto porque, segundo o argumento de Lago Monteiro, a crença na referencialidade da linguagem e na sua eficácia como instrumento de dominação são os pressupostos de *Crusoé* enquanto narrativa exemplar do colonialismo europeu.

Em “A improvável *Crusoé*: História e ficção em *Journal of a Voyage to Brazil* de Maria Graham”, Júlia Braga Neves parte de uma reflexão de Graham sobre *Crusoé* para discutir a aplicação de convenções narrativas e autorais do relato de viagem no século XIX. Braga Neves persegue as premissas da distinção entre fato e ficção, seja no encobrimento da ficção, no *Crusoé* de Defoe, ou no reconhecimento da incontornabilidade da ficção, no relato de Graham. De um lado, o artigo explora estratégias usadas por Graham para assegurar a sua credibilidade como autora de um relato de viagem; de outro, as restrições impostas à autoria de Graham associadas ao seu gênero. Afastando-se de interpretações estereotipadas do papel de mulheres viajantes, baseadas mais na reiteração de tipologias discursivas do que na análise de textos individuais, Braga Neves traz à tona as contradições da narradora e autora do *Journal of a Voyage to Brazil*. Longe de restringir o mérito de Graham à descrição de domínios tradicionalmente femininos, o artigo destaca as estratégias narrativas empregadas por Graham para afirmar-se como observadora e testemunha da história política do Império.

“De Blair a *Crusoé*: Fernandes Pinheiro e as origens do romance”, de Thiago Rhys Bezerra Cass, mapeia as marchas e contramarchas teóricas do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro para dar conta

do advento do romance como gênero. Em seus primeiros pronunciamentos críticos, o Cônego mobiliza o vocabulário crítico dos famosos *Lectures on Rhetoric and Belles-Lettres* (1783), do escocês Hugh Blair, para sentenciar o romance como uma espécie de escrita recente e, por isso mesmo, frívola e menor. Somente ao cabo de sua longa carreira, marcada pela prolífica preparação de material didático para o Colégio Pedro II, Fernandes Pinheiro se despe de sua longa reticência em face do gênero novelístico. O ponto de inflexão é, curiosamente, sua análise de *Robinson Crusoe*. Informado pelo sistema teórico de Hippolyte Taine, o Cônego agora toma os procedimentos narrativos do romance não mais como índices de menoridade artística, mas como uma complexa resposta ficcional à modernização capitalista da Grã-Bretanha do século XVIII.

“Outras ilhas, outros desertos: A virada negativa dos espaços desabitados”, de André Cabral de Almeida Cardoso, discute como o espaço imaginário da ilha deserta de *Crusoe* foi retomado pela tradição distópica e pós-apocalíptica posterior, focando primeiro em *A ilha do Dr. Moreau* (1896), de H. G. Wells, e depois no romance *A estrada* (2006), de Cormac McCarthy. Na primeira obra, a ilha se apresenta como um microcosmo do Império Britânico que desestabiliza as relações entre centro e margem ao propor a imagem de um mundo já em processo de globalização em que não há mais um lugar fora da influência de um centro de poder arbitrário associado à dor. Já em *A estrada*, o espaço deserto se expande para um mundo arrasado por uma catástrofe não definida. Em ambas as narrativas, o espaço outrora altamente fértil da ilha passa a ser marcado pelo esgotamento, associando-se a uma estrutura de controle ou a uma paisagem hostil à presença humana. Ao trabalhar de forma insistente com as noções de mistério e ocultamento, essas narrativas questionam a própria possibilidade de um sentido e abordam uma crise profunda na modernidade que *Robinson Crusoe* ajudou a criar.

A instabilidade do sentido também ocupa uma posição de destaque em “Un naufragio poético: *El Entenado* de Juan José Saer”, em que María Esther Castillo García lê o exercício intertextual que Saer desenvolve em seu romance como uma busca da origem que diz respeito menos ao contato inicial do europeu com o nativo americano, do que com uma investigação a respeito da escrita e da própria linguagem como criação. Segundo García, *El Entenado* subverte o enredo de *Robinson Crusoe*, já que seu protagonista, também um náufrago, não faz quase nada por conta própria para sobreviver: sua função é servir de testemunho para a

comunidade indígena que o acolhe depois de sua travessia pelo Atlântico para a costa sul da América. Nesse encontro, narrado pelo protagonista anônimo já na sua velhice, há uma recusa de julgamentos de valor calcados em uma visão preconcebida do nativo e a retomada de uma percepção ligada à infância que se deixa em aberto, livre da influência de sua sociedade de origem. A narrativa de Saer, assim, investigaria a construção da memória pessoal e da linguagem como meio de inserção do indivíduo em um mundo precário, em que é preciso sempre reavaliar a possibilidade de um sentido.

Em 2020, a atualidade da ficção de Defoe ganhou contornos tangíveis. Com o advento da pandemia do novo coronavírus, as vendas no Reino Unido de *Um diário do ano da peste* (1722) cresceram astronômicos 750%. Trata-se de um texto incontornável numa venerável tradição de representações de epidemias, na qual Eurídice Figueiredo insere o terceiro romance de Albert Camus, *A peste*. Com efeito, em “*A peste* de Camus em diálogo: Epidemias do passado, pandemia do presente”, Figueiredo escava as continuidades formais, temáticas e retóricas entre, de um lado, o romance de Camus e, de outro lado, textos tão diversos quanto *A história da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, *Decamerão*, de Boccaccio, *Chão de ferro*, de Pedro Nava, e o já mencionado *Um diário do ano da peste*. Todas essas obras seriam perpassadas por uma tópica em que se esfumam as distinções entre morte e vida, conhecimento e obscurantismo, fraternidade e indiferença, martírio e liberdade, luto e sacrifício. Mas o artigo de Figueiredo não apenas delinea um recenseamento retrospectivo. De maneira persuasiva e profundamente reveladora, Figueiredo traz para o presente a linhagem multissecular de figurações da peste e demonstra a persistência, ou ressurgimento, de seus lugares-comuns no tratamento discursivo, por parte de governos nacionais, da atual pandemia.

Retornando à leitura do texto de Daniel Defoe, o artigo “As ficções editoriais e narrativas de Robinson Crusóe”, de Lainister de Oliveira Esteves, discute as articulações entre narração e ficcionalidade que organizam os sentidos pressupostos na recepção setecentista da história do célebre naufrago ora tricentenário. Mobilizando importantes momentos da crítica de *Robinson Crusóe* e lendo, acima de tudo, os prefácios que introduzem as três partes da obra de Defoe, o autor verifica a importância dos vínculos que aí se estabelecem entre autoria, ficção editorial e público leitor, fundamentais para a concepção moderna de literatura, com suas implicações morais e estéticas. Particularmente

interessante no artigo de Lainister de Oliveira Esteves é como ele analisa a mudança de voz operada na passagem para o prefácio da terceira parte de *Robinson Crusóe*, na emergência do personagem como defensor da veracidade dos relatos das partes anteriores, recorrendo à associação entre história e alegoria. A observação dessa mudança envolve, em plano histórico, a afirmação de estratégias de legitimação do discurso ficcional no espaço público.

Voltando também ao texto primeiro de Daniel Defoe, mas partindo agora rumo à série dos títulos que compõe sua descendência, o artigo de Daniel Bonomo, “Aproximação à escola discursiva dos Robinsons”, consiste numa tentativa de, por um lado, caracterizar formalmente o interesse e a força do texto original de *Robinson Crusóe*, e, por outro lado, investigar a maneira como essa originalidade ressurge transformada pelas mãos de outros autores em novos contextos. Assim, para além de análises das duas primeiras partes da história de Robinson Crusóe, aparecem leituras de momentos representativos dessa tradição, como *O Robinson suíço*, de Johann David Wyss, *A escola dos Robinsons*, de Júlio Verne, *Suzana e o Pacífico*, de Jean Giraudoux, *Sexta-Feira ou os limbos do Pacífico*, de Michel Tournier, *A vida sexual de Robinson Crusóe*, de Michel Gall, e *A invenção de Morel*, de Adolfo Bioy Casares. A amplitude da proposta é compensada, no artigo, pela adoção de um critério avaliativo central, a saber: a construção narrativa por um andamento dividido entre ação e inação, e temporalidades que presumem efeitos de prazer e aborrecimento nos leitores. A visão do todo e a abordagem em específico do romance de Bioy Casares ainda permitem ao autor concluir sobre a fundação, em Defoe, de uma autêntica “escola discursiva”.

Por fim, concluindo o dossiê, o artigo “*Insel Felsenburg* de J. G. Schnabel – uma utopia e robinsonada alemã no Século das Luzes”, de Helmut Galle, apresenta uma contribuição sem precedentes em nosso contexto para o conhecimento de um romance setecentista não só alinhado com a tradição da narrativa utópica e com o título de Daniel Defoe, mas essencial também à consolidação do romance como gênero na Alemanha. Acompanhando em linhas gerais os movimentos de recepção de *Insel Felsenburg* do século XVIII à atualidade, passando por uma introdução a alguns dos principais momentos para o desenvolvimento da modalidade narrativa inspirada em *Robinson Crusóe* na literatura de língua alemã, o que o autor mostra neste oportuno artigo, informado por extensa bibliografia, é como a ficção de Schnabel revela nos seus conteúdos um

espelhamento das adversidades em curso na Europa do seu tempo, assim como os horizontes teológico, político e social que lhe deram origem. Ao mesmo tempo, na análise das maneiras realistas do título de Schnabel e na observação dos modos como se colocam nele as instâncias fictícias, o artigo oferece, ao leitor interessado, uma noção de como foram essas passagens do antigo modelo das histórias de aventuras em série para o que se compreendeu posteriormente como romance moderno.

Finalmente, o alcance e a variedade das abordagens reunidas em *Robinson Crusoé: Um percurso de três séculos* mostram que publicar este dossiê agora é algo que ultrapassa a comemoração da efeméride. Além disso, publicá-lo no Brasil, nos 290 anos da morte do seu autor (1731-2021), é também recuperar e ressignificar de algum modo uma realidade incontornável do livro de Daniel Defoe: foi neste país afinal que, antes do período isolado na ilha caribenha, Robinson enriqueceu comprando terras, plantando cana-de-açúcar, superfaturando mercadorias inglesas e negociando escravos para incrementar o seu “desejo urgente e imoderado de subir mais depressa do que admitia a natureza das coisas”. Nesse período, não tão curto, Robinson foi brasileiro, naturalizando-se até. Quando volta à Inglaterra, aliás, é esse dinheiro que o desafoga, generosamente. Nesta inscrição do Brasil Colônia no imaginário europeu consolidam-se, hoje, diferentes camadas de tempo. Seja qual for a nossa interpretação, a experiência brasileira de Crusoé faz pensar em que medida a relação entre o passado e o presente é marcada por ruptura e continuidade.

Além dos artigos que compõem o dossiê comemorativo aos 300 anos da publicação de Robinson Crusoé, a seção “Varia” é composta por textos que se dedicam à análise de obras da literatura e que contribuem com um olhar crítico das obras estudadas.

Na abertura da seção, o texto de Jacob dos Santos Biziak busca evidenciar, pela perspectiva discursiva, a heterogeneidade enunciativa no livro *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Em “A fenomenologia da imagem poética do laço”, Thaís Seabra Leite estabelece aproximações intertextuais entre o drama de Hipólito, nas versões de Eurípidés, Sêneca e Racine, e *Os signos da agonia*, de Autran Dourado, a partir da fenomenologia do laço – imagem poética recorrente nas obras. Maria Mirtis Caser e Mariana Marise Fernandes Leite, também em abordagem de obra da literatura brasileira, contrapõem dois pontos de vista que se entrelaçam em *Pomba enamorada ou uma história de amor*,

de Lygia Fagundes Telles: o do narrador, reconhecido como a Pomba Enamorada, e a da protagonista. Já em “A escrita infamiliar a partir do olhar de duas crianças”, Davi Andrade Pimentel analisa a construção da palavra poética em confronto com o infamiliar por meio do olhar infantil em Manoel de Barros e Maurice Blanchot. Por fim, para fechar o volume, contamos com duas resenhas. Na primeira, Zilá Bernd apresenta o livro de Adina Balint, *Imaginaires et représentations littéraires de la mobilité*. Em seguida, Lou-Ann Kleppa traz uma resenha do livro *A marca do editor*, de Roberto Calasso, de 2020.

Agradecemos aos autores, aos pareceristas e a toda a equipe técnica da *Aletria*, cuja dedicação solidifica o papel dos periódicos nacionais aos estudos literários e garante a qualidade do que segue. Esperamos que todos tenham uma ótima e proveitosa leitura.

André Cabral de Almeida Cardoso
Daniel Reizinger Bonomo
Luciana Villas-Bôas
Thiago Rhys Bezerra Cass
Elen de Medeiros
Marcos Antônio Alexandre